



(Sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos)

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 09 dias do mês de outubro de 2018.

**Desembargador Francisco Gladysson Pontes**

**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

Autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conforme Resolução nº 00811/2022, em sessão datada de 03 de fevereiro de 2022, o registro tácito do ato de aposentadoria para ELISEU BARROS FILHO, com fundamento no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553 do STF.

#### **PORTARIA Nº 268 /2022**

Dispõe sobre pagamento retroativo de gratificação de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e/ou saúde.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VI, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** decisão proferida pelo Órgão Especial desta Corte de Justiça, quando da análise do Recurso Administrativo – Cível de nº 8500497-09.2019.8.06.0001;

#### **RESOLVE:**

**Art 1º** – Conceder ao servidor BRUNO DANTAS RAULINO DO NASCIMENTO, Técnico Judiciário – Área Técnico Administrativa, Especialidade: Técnico em Manutenção, matrícula nº 9661, o pagamento da gratificação pela execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e/ou saúde, **retroativo** ao período de **15/06/2012 a 23/09/2018**, *observando-se a prescrição quinquenal*, no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento base, em conformidade com o art. 132, inciso VI e art. 136 da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974, c/c o art. 3º, inciso II, da Resolução nº 35/2004, de 25 de outubro de 2004, publicada no Diário da Justiça de 05 de novembro de 2004, alterada pela Resolução nº 15/2018.

**Art. 2º** – Reconhecer a dívida de exercício anterior e autorizar o pagamento no valor total de R\$ 94.904,72 (noventa e quatro mil, novecentos e quatro reais e setenta e dois centavos), parcelado em 61 (sessenta e uma) parcelas de R\$ 1.555,82 (hum mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Em Fortaleza, aos 15 de fevereiro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

#### **PORTARIA Nº 266/2022**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** as declarações e demais informações constantes nos Processos Administrativos nº 8502873-63.2022.8.06.0000; 8502879-70.2022.8.06.0000; 8502876-18.2022.8.06.0000; 8503013-97.2022.8.06.0000; e 8502980-10.2022.8.06.0000.

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** – Exonerar Maísa Cunha Bezerra de Queiroz Braga, Analista Judiciária, matrícula nº 6951, do cargo em comissão de Assessora I, símbolo DAE-1, com lotação na Assessoria de Articulação Interna para o 1º Grau e nomeá-la para o cargo em comissão de Assessora I, símbolo DAE-1, com lotação no Gabinete da Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro.

**Art 2º** - Exonerar Rafael Maia Barbosa, matrícula nº 7163, do cargo em comissão de Assistente de Unidade Judiciária – Entrância Final, símbolo DAE-4, com lotação na 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza e nomeá-lo para o cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação no Gabinete da Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro.

**Art. 3º** – Exonerar Yasmin Mesquita Bezerra, matrícula nº 45378, do cargo em comissão de Assistente de Apoio Judiciário, símbolo DAJ-4, com lotação no Núcleo de Produtividade Remota e nomeá-la para o cargo em comissão de Assessora I, símbolo DAE-1, com lotação no Gabinete da Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro.

**Art. 4º** – Exonerar Mônica Resende Martins Ibiapina, Técnica Judiciária, matrícula nº 2205, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação no Gabinete do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes.

**Art. 5º** – Exonerar José Alessandro Cidrão Pinheiro, Oficial de Justiça, matrícula nº 4668, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação no Gabinete do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes.

**Art. 6º** – Exonerar Rafael Aires Lopes, matrícula nº 9314, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação no Gabinete do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes.

**Art. 7º** – Exonerar Tiago Teixeira Maia Gondim, Analista Judiciário, matrícula nº 5580, do cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação na Consultoria Jurídica e nomeá-lo para o cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação na Assessoria de Articulação Interna para o 1º Grau.

**Art. 8º** - Nomear Auber Cardoso Gondim Silva, Analista Judiciário, matrícula nº 5624, para o cargo em comissão de Assessor I, símbolo DAE-1, com lotação na Consultoria Jurídica.

**Art. 9º** - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 18 de fevereiro de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**